

Nº 386/XII-4º/2017-21

(Moções/Deliberações)

1/

José Joaquim Leitão, Presidente da Assembleia Municipal de Almada, torna público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de junho de 2021 da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 17 de junho de 2021, a Assembleia Municipal aprovou as seguintes Moções/Deliberações:

Voto de Pesar por António Coimbra Martins

António Antero Coimbra Martins, natural de Lisboa, nasceu a 30 de janeiro de 1927. Faleceu no passado dia 19 de maio com 94 anos.

Foi Docente, Político, Diplomata, Deputado e Homem de Cultura.

Em França (onde viveu largos) e em Portugal, devido aos seus cargos públicos e políticos, foi responsável pela resolução de situações delicadas, nacionais e internacionais, que resolveu com excecional diplomacia, intuição política e sucesso. O seu talento e mérito foi reconhecido em ambas as nações.

Em 1961 aderiu ao Movimento de Accão Democrático-Social que em 1964 se converteu em Movimento de Acção Socialista Portuguesa "ASP",

Em 1973, foi um dos fundadores do Partido Socialista, enquanto delegado da "ASP". No histórico congresso, realizado em 19 de abril de 1973 em Munstereifel, participou na deliberação e votação da reconversão do Movimento em Partido Socialista.

Em 1965 foi nomeado subdiretor e bibliotecário da fundação Calouste Gulbenkian em Paris. Colaborou na instalação do Centro Cultural Português.

Em 1997 foi nomeado Diretor do centro cultural da Gulbenkian de Paris e nomeado Embaixador de Portugal em França, cargo que exerceu até 1979.

Em junho de 1983 foi nomeado Ministro da Cultura no IX Governo.

De 1986 a 1994 foi eleito Deputado do Parlamento Europeu, tendo nesse período participado em diversas comissões.

A escrita sempre fez parte do seu quotidiano, tendo participado em artigos de cariz político em revistas e jornais. Relativamente aos jornais foi sempre colaborador do Semanário "Acção Socialista" e do "Portugal Hoie".

Em França foi condecorado com a "Chevallier des Arts et dês Lettres", "Grand Officier de l'Ordre National du Mérite" e "Grand Officer de la Légion d'Honneur".

Em 1997, foi agraciado com o Grau de Grã-Cruz da ordem do Infante D. Henrique

No dia 25 de abril teve uma das maiores alegrias da sua vida com a Vitória da Revolução dos Cravos, que trouxe a Portugal a Liberdade e a Democracia.

Neste momento de pesar, a Assembleia Municipal de Almada reunida em 17 de junho de 2021, presta a justa homenagem e este resistente antifascista e apresenta as suas mais sentidas condolências aos seus amigos e à sua família.

Voto de Pesar pelo falecimento de Jorge Coelho

Jorge Coelho faleceu no passado dia 7 de abril, com 66 anos.

Natural de Contenças, no concelho de Mangualde, distrito de Viseu, Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho nasceu a 17 de julho de 1954, estudou no Colégio de Santa Maria e São José e licenciou-se em Organização e Gestão de Empresas, no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa.

Politicamente ativo antes e depois da Revolução dos Cravos, Jorge Coelho filiou-se no Partido Socialista em 1982, onde desempenhou as mais diversas funções e praticamente todos os cargos, exceto o de Secretáriogeral, e se manteve como militante até à sua morte.



Nº 386/XII-4º/2017-21

(Moções/Deliberações)

16

Jorge Coelho teve uma atividade profissional diversificada, um empenhado percurso político, tendo desempenhado os mais relevantes cargos públicos. Começou muito jovem, em 1983, como chefe de gabinete do secretário de Estado dos Transportes do IX Governo Constitucional, Francisco Murteira Nabo. Mais tarde, entre 1989 e 1991, foi secretário adjunto para a Educação e Administração Pública do governo de Macau.

Em 1995, no XIII governo liderado por António Guterres, assumiu o cargo de ministro adjunto, cargo que, em 1997, acumulou com o de ministro da Administração Interna.

Em 1999, tomou posse como ministro da Presidência e do Equipamento Social e, em 2000, passou a ministro de Estado e do Equipamento Social. Na sequência da queda da Ponte Hintze Ribeiro de Entre-os-Rios, em Castelo de Paiva, a 4 de março de 2001, pediu a demissão do governo, assumindo a responsabilidade política pelo acidente.

Foi deputado na V, VI, VII, VIII, IX e X Legislaturas, tendo sido Presidente da Comissão do Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente.

Foi Conselheiro de Estado, eleito pela Assembleia da República entre 2005 e 2009 e CEO do Grupo Mota-Engil.

Jorge Coelho era uma pessoa singular, com inúmeras qualidades políticas e humanas, que partiu cedo demais e que nos deixa um excecional legado de um político com visão estratégica e de um amigo afetuoso.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 17 de junho de 2021, manifesta o seu pesar pelo falecimento de Jorge Coelho, transmitindo as mais sinceras condolências a todos os seus familiares e amigos.

VOTO DE PESAR (Pelo falecimento de Natália Vicente)

Faleceu no passado dia 28 de abril de 2021, Maria Natália Teixeira de Matos Vicente, que desempenhava àquela data o cargo de Presidente da Direção de uma das mais importantes associações de apoio aos mais idosos do Concelho de Almada, a Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Cacilhas (ARPIFC).

Nascida na Freguesia de Santar, concelho de Nelas (Viseu) em 1932, filha de um oficial do exército e de uma professora do então Ensino Primário, hoje 1º Ciclo do Ensino Básico, Natália Vicente fez a sua formação no Centro de Estudos Sociais e Corporativos, onde foi aluna de Adérito Sedas Nunes e Mário Murteira, que admirava particularmente.

Frequentou ainda a Alliance Française de Lisboa e o Instituto Francês de Lisboa, tendo vindo posteriormente a especializar-se em Ciências Documentais.

Profissionalmente foi Professora do Ensino Secundário até ao final da década de 60 do século passado, Bibliotecária do Ministério da Educação em Lisboa, e Bibliotecária do Instituto Nacional de Emergência Médica, também em Lisboa.

À data do seu falecimento, e para além de presidente da Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia de Cacilhas, era igualmente Presidente da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Santar, sua terra natal.

Abnegada, combativa, mas sobretudo humilde na sua vida e nas suas lutas, Natália Vicente participou ativamente na vida sindical, destacando-se a forma como empenhou na defesa dos direitos dos trabalhadores,



Nº 386/XII-4º/2017-21

(Moções/Deliberações)

a mesma abnegação, combatividade e humildade que colocava na luta pela defesa da qualidade de vida dos reformados, pensionistas e idosos da Freguesia de Cacilhas e da Freguesia de Santar.

Foi membro do grupo coordenador do movimento sindical da Função Pública e membro da Comissão Instaladora do Sindicato da Função Pública da Zona Sul, tendo percorrido todo o País na mobilização dos trabalhadores da administração pública pela melhoria das condições de trabalho, integrou diversas comissões de trabalhadores do Ministério da Educação, e foi eleita delegada sindical.

Assim, a Assembleia Municipal delibera expressar a toda a família enlutada de Natália Vicente, em particular ao seu Filho Luís Vicente, antigo autarca na Assembleia Municipal de Almada, a todos os reformados, pensionistas e idosos da Freguesia de Cacilhas e de Santar que com ela conviviam quotidianamente e a todos os seu amigos, os mais profundos votos de pesar e a mais sincera expressão de solidariedade num momento tão difícil por que passam, ficando connosco a convicção de que partiu o Ser Humano e a Mulher que foi a Natália Vicente, mas fica connosco o seu exemplo de vida e os frutos do seu intenso e dedicado trabalho.

Voto de Pesar pelo falecimento de Luís Nunes da Ponte

Faleceu no passado dia 16 de maio, Luís Nunes da Ponte, aos 75 anos.

Nasceu no Porto, Solidário, Homem de Diálogo, um Democrata.

Fundador do Partido Socialista, em 19 de abril de 1973, sempre ativo e empenhado na Instalação e consolidação da Democracia, Liberdade e Justiça Social.

Licenciado em filosofia, fez o seu percurso profissional na área do turismo.

Esteve ligado ao turismo de Portugal e ao instituto do Comércio Externo de Portugal (ICEP), onde desenvolveu o seu trabalho na Áustria e nos EUA.

Foi Diretor do turismo em Macau.

Foi assessor de Jaime Gama na Assembleia da República para a área cultural.

Foi um lutador em prol da liberdade e da democracia em Portugal.

Pelo seu exemplo, a Assembleia Municipal de Almada delibera manifestar o seu respeito, reconhecimento e profundo pesar pelo falecimento de Luís Nunes da Ponte, endereçando à sua família e amigos os mais sentidos pêsames.

SAUDAÇÃO

(Pelo 50º Aniversário da Companhia de Teatro de Almada)

A encenação da peça teatral "Vida do Grande D. Quixote de La Mancha e do Gordo Sancho Pança", escrita em 1733 pelo dramaturgo António José da Silva, "O Judeu", alcançou em 1972 o prémio da crítica para o teatro amador, a primeira de muitas distinções e reconhecimento públicos atribuídos, ao longo de 50 anos de vida, à Companhia de Teatro de Almada.

Em 24 de abril de 1971, um ano antes da atribuição daquele prémio, era fundado por Joaquim Benite, acompanhado por um conjunto de jovens atores amadores, o então Grupo de Teatro de Campolide.

Th



Nº 386/XII-4º/2017-21

(Moções/Deliberações)

Em 1977, o grupo profissionalizou-se e instalou-se no Teatro da Trindade, em Lisboa. Um ano depois, no âmbito do movimento de descentralização cultural, o grupo instalou-se no teatro da Academia Almadense, onde se manteve até 1987. Criando e fortalecendo as raízes que ligam o grupo à Cidade de Almada, foi neste período que adotou a nova designação de Companhia de Teatro de Almada.

O antigo mercado abastecedor municipal, em pleno coração de Almada Velha, transformado em 1988 no Teatro Municipal de Almada, acolheu então a Companhia de Teatro de Almada. Aí permaneceu até ao ano de 2006, quando o novo Teatro Municipal Joaquim Benite, projetado pelos Arquitetos Manuel Graça Sias e Egas José Vieira, e expressamente concebido, desde a génese do projeto, para albergar a Companhia de Teatro de Almada e o seu projeto teatral e cultural, foi inaugurado e iniciou a sua atividade regular.

O vasto trabalho desenvolvido pela Companhia de Teatro de Almada ao longo de meio século de atividade ininterrupta, assenta numa perspetiva de serviço público de Cultura, que aposta essencialmente na promoção e divulgação da dramaturgia nacional, no permanente trabalho de criação e mobilização de públicos, não apenas para o usufruto do teatro e outras artes do palco, mas também para a formação de novos criadores, na programação de temporadas regulares anuais, com uma oferta muito diversificada, num plano de atividades de serviço educativo, e no envolvimento ativo das populações nas atividades do Teatro Municipal Joaquim Benite.

De toda a atividade da Companhia de Teatro de Almada, destaca-se a organização do Festival de Teatro de Almada, que assume há 38 anos consecutivos uma dimensão e referência nacional e internacional, e cuja 38ª edição, que será amanhã publicamente apresentada, decorrerá em julho de 2021, reeditando aquele que é considerado o mais importante festival de teatro em Portugal e uma das mais importantes e significativas mostras das artes do palco em toda a Europa.

Assim, a Assembleia Municipal delibera:

- 1. Expressar a mais viva e veemente saudação à Companhia de Teatro de Almada, aos seus atores, aos seus profissionais das mais diversas áreas de atividade, aos seus múltiplos públicos, ao Clube de Amigos da Companhia de Teatro de Almada, e em particular ao seu Diretor e Encenador Rodrigo Francisco pelo 50º Aniversário da fundação da Companhia de Teatro de Almada.
- Sublinhar o relevante papel na democratização da produção, do acesso e da fruição culturais, traduzido numa inequívoca elevação do nível cultural das populações, papel que lhe é unanimemente reconhecido em todas as latitudes e longitudes.
- 3. Relembrar e sublinhar, nesta celebração, o trabalho pioneiro, abnegado, decidido e de extrema qualidade desenvolvido pelo fundador da Companhia, Joaquim Benite, trabalho que fundou e consolidou os alicerces de excelência que hoje caracterizam o trabalho desenvolvido pela Companhia de Teatro de Almada.

MOCÃO

(Solidariedade com os trabalhadores dos TST – Trabalhadores exigem atualização salarial digna)

A 20 de Maio de 2021, os trabalhadores da empresa Transportes Sul do Tejo (TST), decidiram em plenário de trabalhadores conceder um prazo de 15 dias para que a empresa respondesse à sua justa reivindicação de urgente atualização salarial na empresa.



Nº 386/XII-4º/2017-21

(Moções/Deliberações)

Esgotado aquele prazo, e considerando a ausência de qualquer resposta por parte da administração da empresa, os trabalhadores decidiram avançar com novas formas de luta, agendando paralisações do trabalho para os dias 9 e 11 de junho de 2021.

Confrontada com a expressão de unidade demonstrada pelos trabalhadores, que se traduziu numa adesão à greve no dia 9 de junho superior a 90%, a Administração da empresa entregou uma proposta que não responde aos compromissos anteriormente assumidos com os sindicatos, e que fica muito aquém da reivindicação central dos trabalhadores, ao propor 7 euros de aumento salarial a aplicar apenas em janeiro de 2022.

Neste contexto, os trabalhadores de novo reunidos em plenário, decidiram manter a greve convocada para dia 11 de junho, a qual veio a conhecer uma adesão superior a 95%, reforçando a sua unidade e mandatando os sindicatos para avançar com novas formas de luta.

A Administração da empresa conhece a reivindicação dos trabalhadores para um aumento de 50 euros nos salários, fixando o salário fique no valor de 750 euros, valor ao qual exigem que se acrescente o subsídio de agente único, numa base das 8 horas de trabalho, sendo estes os valores de base para as negociações da revisão salarial para o próximo ano.

O aumento real dos salários é uma exigência justa e inadiável, tanto mais quando existem cada vez mais trabalhadores que empobrecem trabalhando.

O caminho não pode ser a aplicação do salário mínimo à generalidade dos trabalhadores.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária em 17 de junho de 2021, delibera manifestar a sua solidariedade com os trabalhadores dos TST na sua luta pelos aumentos salariais e pela melhoria das suas condições de vida.

Moção

Pelo fim da violência de género e por medidas efetivas de combate ao crime de violação

A violência de género continua a ter um impacto devastador na sociedade portuguesa.

Nas suas várias expressões, assenta num modelo de organização da sociedade que teima em menorizar o papel das mulheres em várias dimensões da vida: trabalho, escola, política, família.

Reconhecemos os muitos avanços que têm sido conseguidos e que têm permitido, aos poucos, trazer mais justiça e igualdade, mas ainda há muito trabalho por fazer, nomeadamente na forma como se tratam crimes sexuais como a violação.

Recordamos que o debate sobre a violência doméstica foi longo e precisou de muitas vozes para alcançar avanços legais substantivos, e num momento em que tantos casos repugnantes de violência sexual têm vindo a público é necessário retomar esta discussão.

Os crimes sexuais atingem, sobretudo, mulheres e crianças. Apesar da neutralidade prevista no tipo legal de violação quanto ao género da vítima, estes crimes carregam a marca de género e continuam a ser uma das formas de violência de género mais invisíveis. Não é por acaso que, de acordo com os dados dos Relatórios Anuais de Segurança Interna (RASI), nenhuma mulher foi detida por violação. Todos os arguidos são homens. A esmagadora maioria das vítimas é mulher.



Nº 386/XII-4º/2017-21

(Moções/Deliberações)

1L

A violação manifesta-se como uma das mais abjetas e extremas formas de opressão e dominação das mulheres e configura um atentado aos direitos humanos das mulheres, à sua integridade física e emocional, à sua liberdade e autodeterminação sexual.

Deixa, na maior parte das vezes, feridas profundas para o resto da vida. No entanto, e apesar do seu impacto na sociedade, a média europeia de condenações do crime de violação é de apenas 14%.

O Relatório Anual de Segurança Interna regista 431 queixas por violação em 2019.

Uma subida de 2,4% face ao ano anterior. É o terceiro ano consecutivo de subida dos casos registados de violação. Os arguidos em casos de violação são quase todos homens (99,3%) e as vítimas são principalmente as mulheres (91,9%).

Frequentemente os agressores são pessoas conhecidas (35,9%) ou familiares (22,1%).

Num juízo análogo ao que se levou a cabo para a violência doméstica, é importante reforçar a ideia de que a violação e a coação sexual são assuntos que não podem ficar por investigar e que se trata de uma responsabilidade de toda a comunidade. À semelhança do crime de violência doméstica, este não pode ser considerado um crime do foro privado. Onde existir uma mulher agredida, abusada, violada, existe um atentado aos Direitos Humanos. É, pois, necessário criar o dever, que toda a sociedade deve respeitar, de denunciar qualquer caso de violação de que tenha conhecimento. Importa, como se vê, mudar a natureza dos crimes de violação e de coação sexual, tornando-os crimes públicos.

As notícias que com alguma frequência nos dão conta de casos de violação ou tentativa de violação não podem deixar ninguém indiferente e alertam-nos para a necessidade de alterações profundas.

No dia 24 de fevereiro, um jovem de 21 anos foi detido pela Polícia Judiciária por fortes indícios de um crime de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência. A vítima será uma amiga do suspeito que terá ficado inconsciente na sua festa de aniversário, em Lisboa.

Estas situações preocupantes não são inéditas e são apenas a ponta do iceberg. Do ponto de vista municipal, e considerando o trabalho feito no caminho de construção de programas que pretendem aumentar a consciência para estes problemas e a procura de soluções, consideramos que deve ser tomada uma posição clara de repúdio contra a violência de género e, em particular, contra os crimes sexuais. Mas, mais do que isso, é importante tomar ação.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 17 de junho de 2021, delibera:

Condenar todos os crimes sexuais contra as mulheres.

Voto de Saudação Dia Mundial do Ambiente

O Dia Mundial do Ambiente é celebrado todos os anos a 5 de junho desde 1972, data em que teve início a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente. Estocolmo acolheu a primeira conferência da ONU a debruçar-se sobre esta temática e desde então o número de eventos acerca do meio ambiente não parou de aumentar. No entanto, o conhecimento sobre os impactos que as nossas atividades e estilo de vida têm na natureza, não se traduz em medidas e resultados práticos para inverter a trajetória de destruição que temos vindo a percorrer.

Em 1969, uma pesquisa inédita da ONU sobre questões ambientais globais, emitia um alerta severo: "se as tendências atuais continuarem, a vida na Terra pode estar em perigo". Desde então, passaram cinquenta e



Nº 386/XII-4º/2017-21

(Moções/Deliberações)

dois anos. De acordo com dados da WWF, em cinco décadas, o mundo perdeu mais de dois terços das populações de mamíferos, aves, anfíbios, répteis e peixes, devido à atividade humana. A temperatura na Terra tem vindo a aumentar, sendo os últimos cinco anos os mais quentes desde que há registos. Refere ainda a ONU que "as alterações climáticas representam uma emergência sem precedentes", acrescentando o IPCC que "nunca a destruição foi tanta e tão rápida e governos e comunidade internacional estão a falhar no combate à crise climática". Milhões de pessoas terão de deixar as suas casas e regiões costeiras e ilhas irão desaparecer devido ao aumento do nível das águas do mar, estando Portugal e particularmente o Concelho de Almada entre as áreas ameaçadas.

Chuvas torrenciais, secas prolongadas, ondas de calor, tornados e outros fenómenos meteorológicos extremos são cada vez mais recorrentes. Muitas espécies vegetais e animais estão em estado de forte vulnerabilidade e em risco de extinção face às alterações do clima e do seu habitat colocando em sério risco diversos ecossistemas cujas consequências de colapso, sendo de indiscutível gravidade, são de imprevisível mensuração. Os glaciares estão a derreter mais depressa do que o esperado colocando também sob forte pressão todo o equilíbrio no planeta e sendo uma significativa ameaça às espécies que o habitam, incluindo a humana.

Recordando uma citação de David Orr, com quase 30 anos, "num dia normal, os seres humanos produzem 15 milhões de toneladas de carbono, destroem 30.000 hectares de floresta tropical e 18.600 hectares de terras cultiváveis, ameaçam de extinção entre 40 e 100 espécies e aumentam a sua população em 250 mil pessoas. Ontem, hoje e amanhã".

Torna-se assim claro que é imperativo mudar a forma como vivemos e como nos relacionamos com a natureza. Os problemas ambientais não deverão estar na agenda, mas ser a agenda, pois nenhum outro assunto político, económico ou social passará incólume a esta crise.

Deste modo, a Assembleia Municipal de Almada, na sua Sessão Ordinária de 17, 18 e 22 de junho de 2021, delibera saudar o Dia Mundial do Ambiente e a importância vital da sua preservação.

Por ser verdade se publica o presente edital que vai por mim assinado e irá ser afixado nos lugares de estilo deste Concelho.

Almada, em 18 de junho de 2021

O Presidente, da Assembleia Municipal

osé Joaquim Leitão)